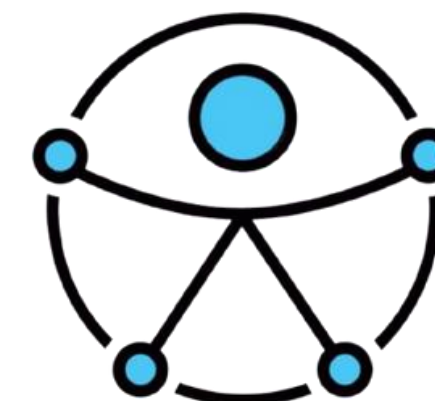




2025



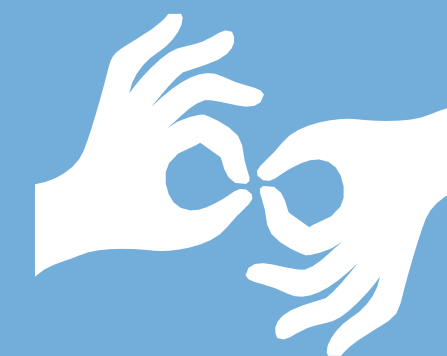
RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão - COMAI
Secretaria-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social – SGSUS
Departamento de Acessibilidade e Inclusão Social – DEAIS
Divisão de Acessibilidade - DIACE

Introdução

O QUE É ACESSIBILIDADE PARA O TJRJ?

- O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro tem compromisso de garantir autonomia e acesso à justiça para pessoas com deficiência, restrição de mobilidade, obesos, gestantes e idosos.
- O Ato Executivo nº 140/2017 instituiu a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (COMAI), que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares, e regulamenta o funcionamento de unidades de acessibilidade e inclusão. Cumpre ressaltar que a supracitada Comissão possui equipe multidisciplinar, composta por magistrados e servidores, com e sem deficiência, integrantes de diversas áreas deste Tribunal, e é regida pelos princípios do respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, a igualdade de oportunidades, a independência das pessoas, a não-discriminação, a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade, o respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade.
- Através da Resolução TJ/OE nº04/2023 foi criada a Secretaria-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social – SGSUS e, em maio de 2025, criou-se em sua estrutura o Departamento de Acessibilidade e Inclusão Social (DEAIS) que tem por objetivo propor, coordenar e, no que couber implementar planos, projetos e ações voltados à promoção de acessibilidade e inclusão e a oferta de suporte institucional à pessoa com deficiência; auxiliar no desenvolvimento de ações e no atendimento de demandas oriundas da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (COMAI), conforme a Resolução TJ/OE nº 14/2022 publicada no DJERJ em 17/05/2022; elaborar estudos e planejar ações de sensibilização e capacitação do quadro pessoal, colaboradores e estagiários, a fim de promover a conscientização e a promoção de direitos e o atendimento adequado às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; monitorar as ações das unidades responsáveis pelos indicadores definidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ); prestar as informações referentes aos indicadores definidos pelo CNJ; participar do acompanhamento dos servidores e colaboradores com deficiência; elaborar um relatório anual das ações desenvolvidas pelo PJERJ para a promoção da acessibilidade e inclusão; buscar, incentivar e promover parcerias eficazes com outros Tribunais, Conselhos, Entidades sem fins lucrativos e a sociedade civil com foco na acessibilidade e na inclusão, com intuito de compartilhar experiências estratégicas.



“

Divisão de Acessibilidade (DIACE)



EVENTOS

”

Compreendendo e Transformando a Realidade do Autismo



O **Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo**, celebrado em 2 de abril, representa uma importante oportunidade para promover a compreensão, o respeito e a inclusão das pessoas com TEA. Trata-se de uma condição do neurodesenvolvimento que pode impactar a comunicação, a interação social e o comportamento, manifestando-se em diferentes níveis de suporte e necessidades individuais. O acompanhamento pode envolver terapias comportamentais, apoio educacional e, quando necessário, intervenções médicas.

O evento ocorreu em **16 de abril**, no **Auditório Nelson Ribeiro Alves**, das **14h às 18h**, com a participação de servidores, colaboradores, magistrados e público externo, totalizando **79 participantes presenciais**. Palestraram **Dra. Roberta Oliveira da Silva Tassi** (médica pediatra – Amil), **Antoniell Bastos** (Presidente da Rede Incluir), **Viviane Goes** (pedagoga – Rede Incluir), **Dra. Claudia Marcia Vidal** (Juíza de Direito do TJRJ e integrante da COMAI) e **Andresa Belsito** (psicóloga especialista – Amil).



Empregabilidade: Acessibilidade e Trabalho - Uma questão de Pertencimento Social



O evento sobre **Empregabilidade da Pessoa com Deficiência (PCD)** foi realizado em parceria com a **Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPD)** do Município do Rio de Janeiro, com o objetivo de promover a conscientização e debate sobre a inclusão de PCDs no mercado de trabalho, discutindo desafios, avanços e estratégias para ampliar oportunidades de forma equitativa e sustentável.

A iniciativa destacou a relevância do tema e a necessidade de políticas públicas e práticas organizacionais que garantam condições acessíveis, conforme diretrizes da **Lei de Cotas (Lei nº 8.213/1991)** e da **Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015)**. A ação ocorreu no **Tribunal de Justiça**, em **07 de maio**, com participação de diversos órgãos públicos (como **TRF, TRT, Ministério Público e Defensoria Pública**), totalizando **171 participantes**.



Programa “Se Sensibilize”

O programa tem por objetivo realizar palestras de sensibilização para atendimento humanizado a pessoas com deficiência (PCDs) nominadas “Se Sensibilize”, nas dependências deste Egrégio Tribunal de Justiça, com a idealização de encontros formativos. A falta de conhecimento e preparo para o atendimento de pessoas com deficiência constitui uma barreira significativa para a inclusão e o respeito à dignidade desse público. A ausência de práticas humanizadas impacta negativamente o atendimento, a comunicação e a efetividade dos serviços oferecidos no âmbito Institucional.

Assim, a realização de palestras de sensibilização voltadas para os servidores e colaboradores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro é fundamental para promover a conscientização sobre o atendimento adequado às pessoas com deficiência, abordando a legislação vigente — como a Lei nº 10.048/2000, que assegura prioridade no atendimento às pessoas com deficiência —, os diferentes tipos de deficiência (física, auditiva, visual, intelectual e múltipla) e a importância da ambientação inclusiva nos espaços públicos e de trabalho.

Ao longo do ano, a ação ocorreu no dia 14 de Maio com um total de 77 participantes e no dia 16 de julho com 130 colaboradores. As palestras foram ministradas pelo servidor Marcio Castro de Aguiar, diretor do Departamento de Acessibilidade e Inclusão Social e pela colaboradora da SGSUS, Juliana Teixeira da Costa.

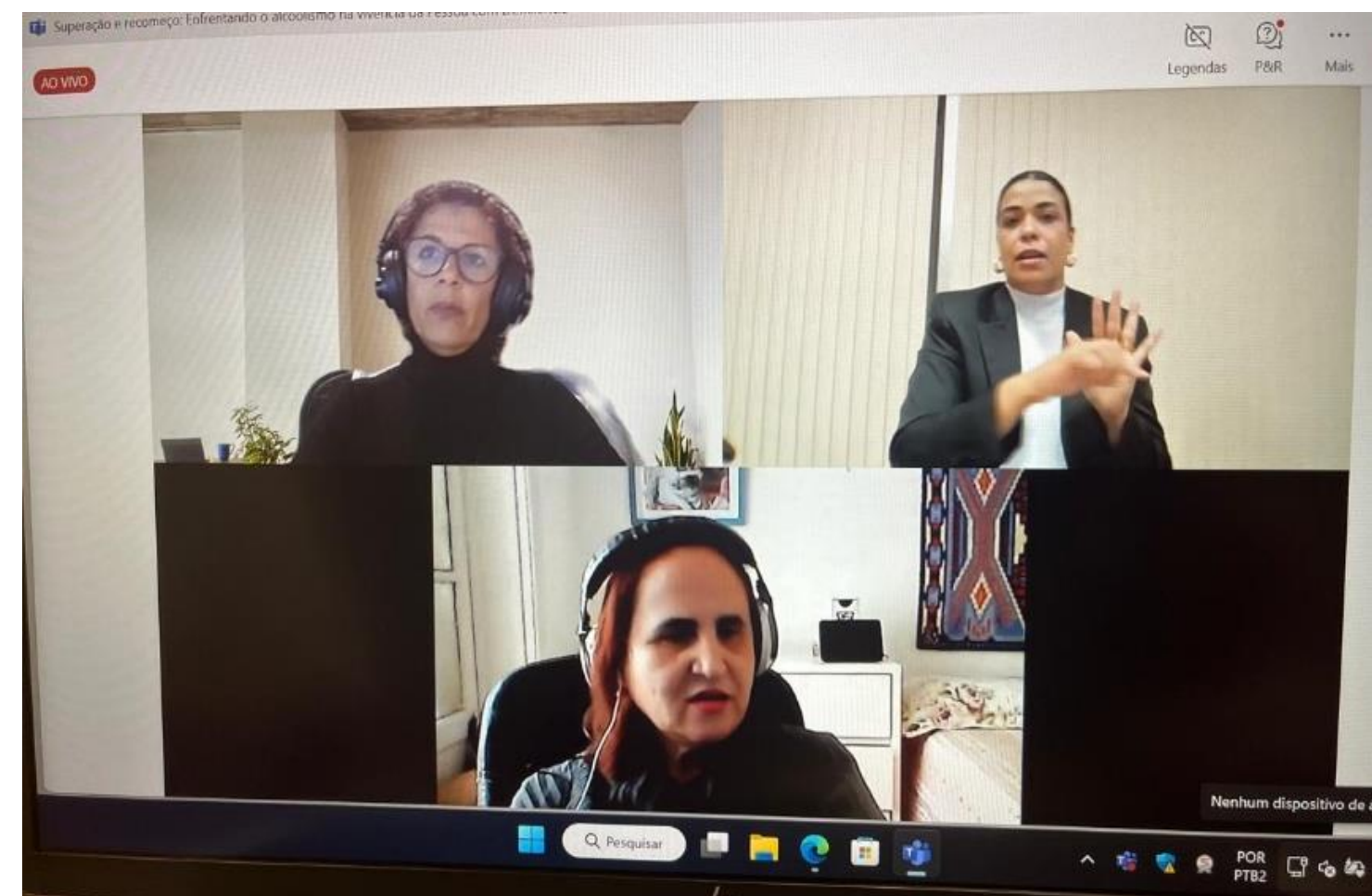
A última palestra do ano ocorreu no dia 19 de novembro atingindo um total de 96 participantes. Nesta edição, tivemos a participação do Superintendente de Ação para Pessoas com Deficiência da Subsecretaria de Políticas Inclusivas, dr. Geraldo Nogueira, e teve por finalidade trazer uma nova abordagem sobre o mesmo assunto.



Seminário AA - “Superação e Recomeço: Enfrentando o Alcoolismo na Vivência da Pessoa com Deficiência”

O evento faz parte de uma das ações previstas no Acordo de Cooperação, celebrado entre o Escritório de Serviços Locais de Alcoólicos Anônimos no Rio de Janeiro – ESL/RJ e este Egrégio Tribunal de Justiça, posteriormente renovado em 2023 e, atualmente, renovado mais uma vez. O convênio tem como objetivo a cooperação mútua para a realização de palestras, nas modalidades presencial ou à distância (EAD), multiplicando o conhecimento sobre o tema do alcoolismo e o programa de recuperação dos Alcoólicos Anônimos.

No dia 25 de junho, através da plataforma TEAMS, foi realizado o seminário: “Superação e Recomeço - Enfrentando o Alcoolismo na Vivência da Pessoa com Deficiência”, com a presença dos palestrantes: Douglas Manassés – Superintendente Terapêutico de Políticas Inclusivas da Casa Civil do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Aparecida Pereira Leite – audiodescritora, consultora e formadora, Geórgia Rodrigues – diretora de criação e produtora da Inclusive Acessibilidade Produção Cultural e depoimentos pessoais de membros do AA e AL-ANON. O evento contou com 350 participantes.



Os 10 Anos da Lei Brasileira de Inclusão - Avanços e Desafios na Implementação dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Palestra

Os 10 anos da Lei Brasileira de Inclusão:

avanços e desafios na implementação dos direitos das pessoas com deficiência

24 de julho | 15h

Evento via plataforma TEAMS

[CLIQUE PARA ASSISTIR](#)

Pontos serão concedidos pela ESAJ



Palestrante

Regina Lúcia Passos

Desembargadora junto a 5ª Câmara de Direito Privado do TJRJ. Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (COMAI).

Tema - 10 anos da LBI (Lei Brasileira de Inclusão): Temos motivos para comemorar?



Palestrante

Dr. André Coelho

Mestre e Doutorando em Direito Público e Evolução Social. Conselheiro do CONADE/MDHC.

Tema - Barreiras Invisíveis: O Desafio do Acesso à Justiça para Pessoas com Autismo.



Palestrante

Dr. Geraldo Nogueira

Pós-graduado em Magistério Superior em Direito (UNESA). Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (Universidade do Museu Social Argentino). Membro da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (COMAI).

Tema - A LBI na prática: O que mudou na vida das pessoas com deficiência.

O evento ocorreu no dia 24 de julho, através da Plataforma Microsoft Teams, teve como público-alvo todos os colaboradores e servidores do Poder Judiciário. O evento contou com 300 participantes.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) entrou em vigor há 10 anos com o objetivo de assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiência. Inspirada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, a LBI representa um avanço importante na luta contra o preconceito e a exclusão social, abordando questões como acessibilidade, educação inclusiva, mercado de trabalho, transporte, saúde e participação política.

Palestrantes:

Dra. Regina Lúcia Passos, Desembargadora junto a 5ª Câmara de Direito Privado do TJRJ e Presidente da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (COMAI).

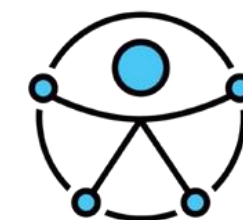
Tema: 10 anos da LBI (Lei Brasileira de Inclusão): Temos motivos para comemorar?

Dr. André Coelho, Mestre e Doutorando em Direito Público e Evolução Social e Conselheiro do CONADE/MDHC.

Tema: Barreiras Invisíveis: O Desafio do Acesso à Justiça para Pessoas com Autismo

Dr. Geraldo Nogueira, Pós-graduado em Magistério Superior em Direito (UNESA), Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais (Universidade do Museu Social Argentino) e Membro da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (COMAI).

Tema: A LBI na prática: o que mudou na vida das pessoas com deficiência



Projeto “Conhecendo Libras”



O desconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) representa uma barreira significativa para a comunicação e a inclusão social das pessoas surdas. A ausência dessa competência impacta negativamente o atendimento, a interação e a prestação de serviços no âmbito Institucional.

A realização de um curso básico introdutório de Libras para as equipes atuantes no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro é essencial para promover um ambiente mais acessível, acolhedor e respeitoso, fortalecendo práticas de inclusão e cidadania e contribuindo para o cumprimento das normas de acessibilidade vigentes.

As turmas contam com 30 vagas, destinadas, prioritariamente, aos colaboradores das áreas que realizam atendimento direto ao público no TJRJ. A seleção dos participantes visa garantir que os conhecimentos adquiridos no curso sejam aplicados de forma imediata e efetiva na rotina de atendimento, promovendo um ambiente mais acessível, inclusivo e acolhedor para a comunidade surda.

Ao longo do ano, foram realizadas duas turmas de libras: a primeira ocorreu entre os dias 23 de julho e 20 de agosto e contou com a participação de 29 colaboradores/servidores e a segunda turma foi realizada no período de 05 a 26 de novembro, com 30 participantes.

Participação no II Encontro Nacional do Comitê dos Direitos de Pessoas com Deficiência no Âmbito Judicial



O evento foi realizado nos dias 25 e 26 de agosto de 2025, nas dependências do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em Brasília. A iniciativa instituída pela portaria CNJ 222 de 23 de junho de 2022, busca promover a inclusão e a acessibilidade no sistema Judiciário Brasileiro.

O diretor do Departamento de Acessibilidade e Inclusão Social, sr. Marcio Castro de Aguiar e a Diretora da Divisão de Acessibilidade, sra. Claudia Brogno Marques Linhares, estiveram presentes no evento supracitado. A importância da participação ativa na ação buscou fortalecer a atuação do TJRJ em políticas inclusivas, além de promover o intercâmbio de experiências e o aprimoramento das ações de acessibilidade no âmbito deste PJERJ. Ressaltamos que o sr. Marcio Castro atuou como um dos palestrantes convidados na Mesa “Estado da Arte: Acesso, Permanência e Ascensão de Pessoas com Deficiência no Judiciário.”

10 anos da LBI - Justiça e Inclusão em Movimento

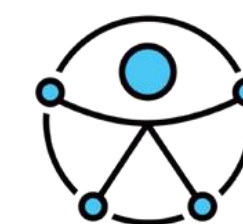
O evento foi realizado em comemoração aos 10 anos da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI). A iniciativa teve como objetivo fomentar a conscientização e o debate acerca dos avanços e desafios da legislação no Brasil.



Sancionada em 06 de julho de 2015, a LBI, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146) é um marco legal que estabelece os direitos das pessoas com deficiência no Brasil e define as obrigações do Estado e da sociedade para garantir sua plena participação em igualdade de condições com as demais pessoas. Inspirada na Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência, a legislação ora citada trata de temas como: acessibilidade, educação inclusiva, trabalho, saúde, transporte, comunicação e autonomia, incluindo direito à tomada de decisão apoiada. A lei representa um avanço na luta anticapacitista e na construção de uma sociedade mais justa, diversa e democrática.

O Seminário Interinstitucional ocorreu no dia 12 de setembro, no Auditório Des. José Navega Cretton, em parceria com as Comissões Permanentes de Acessibilidade e Inclusão de diversos Órgãos Públicos, a saber: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, Tribunal Regional do Trabalho (1ª região), Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, Ordem dos Advogados do Brasil, Tribunal Regional Federal (2ª região), Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, bem como a Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão deste PJERJ.

A cerimônia de abertura reuniu o presidente do Tribunal e outras autoridades, que prestigiaram o início do evento. Foram realizadas 3 mesas de debate e participaram deste evento 378 pessoas.



Ação Social em Homenagem ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência



O evento ocorreu nos dias **24 e 25 de setembro**, na **Lâmina III e arredores**, com a participação de diversas entidades federais, estaduais e municipais, visando promover **cidadania, acesso a serviços essenciais e integração** entre órgãos públicos e a sociedade, com foco nas pessoas com deficiência e na construção de uma sociedade mais inclusiva.

Foram realizadas **palestras e rodas de conversa** sobre inclusão, acessibilidade e direitos das PcDs, além de **atividades lúdicas**. Ao todo, registraram-se **4.322 atendimentos**, contemplando **714 pessoas** (média de **6 atendimentos por pessoa**), além da participação de **345 inscritos** nas palestras.

O resultado evidencia a atuação do **TJRJ**, por meio da **SGSUS** e do **DEAIS**, na ampliação do acesso às políticas públicas e na promoção de ações voltadas à inclusão.

Ação Social Justiça para a Pessoa Idosa



A Ação Social “**Justiça para a Pessoa Idosa**” foi solicitada pela Excelentíssima Desembargadora Maria Aglaé Tedesco Vilardo, da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infância, da Juventude e do Idoso - CEVIJ. O evento foi realizado em parceria entre o Núcleo de Atenção e Promoção dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Pessoa Idosa (NUCAPI) e a Secretaria-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS), por meio do Departamento de Acessibilidade e Inclusão Social (DEAIS/SEPAA).

O referido evento ocorreu no dia **10 de dezembro de 2025**, das 10h às 17h, no Anexo da Lâmina III do PJERJ.

A ação foi direcionada ao atendimento de pessoas idosas e contou com a participação de instituições de âmbito federal, estadual e municipal. Teve como objetivo promover cidadania, ampliar o acesso a serviços essenciais e fortalecer a integração entre os órgãos públicos e a população idosa, além da realização de de uma roda de conversa.

A ação registrou ampla procura, evidenciando a existência de uma demanda reprimida desse público. Em apenas um dia de evento, foram realizados 1.720 atendimentos, com destaque para os serviços oferecidos pela Justiça Itinerante, FAETEC, Mútua dos Magistrados, OAB e Defensoria Pública.

“

Divisão de Acessibilidade - DIACE

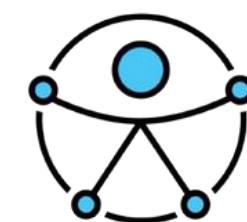
Acessibilidade em Serviços

”

Divulgação de Datas do Calendário Inclusivo

Ao longo do ano de 2025, o PJERJ divulgou, conteúdos informativos curtos e autossuficientes, projetados para transmitir informações de forma rápida e eficaz. O material possui conteúdos resumidos e breves, demandando um período menor de consumo e, também, de menos necessidade de recursos.

A seleção dos temas seguiu o Calendário Inclusivo. Foram divulgados materiais sobre a Doença de Parkinson em abril, sobre o Dia do Orgulho Autista em junho e sobre o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência em 3 de dezembro.



Boletim Justiça sem Barreiras

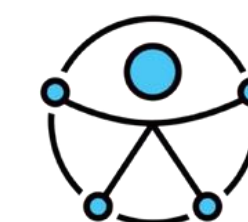
O projeto foi desenvolvido em parceria com o Departamento de Difusão do Conhecimento (DEDIF/SGCON). Por meio do noticiário, são divulgadas informações sobre ações e conquistas que promovem um cotidiano mais inclusivo, permitindo que o leitor se mantenha atualizado sobre importantes decisões judiciais relacionadas ao tema, bem como sobre iniciativas internas do TJRJ na área de acessibilidade e inclusão.

Ao longo de 2025, foram produzidas 4 (quatro) edições do boletim.



Outras realizações em 2025:

- Criação de um canal próprio na Ouvidoria para recebimento e tratamento de reclamações relacionadas à acessibilidade e inclusão;
- Criação de um Acordo de Cooperação Técnica com a Rede Incluir para a utilização da plataforma “Di Vaga” junto às empresas terceirizadas do PJERJ;
- Implementação de mecanismos eficazes para identificar pessoas com deficiência envolvidas em processos judiciais e administrativos, tornando esta etapa obrigatória para o andamento do processo;
- Atualização dos símbolos de acessibilidade;
- Criação, no SEI, de um novo tipo de processo denominado “Acessibilidade”;
- Trabalho conjunto com a Engenharia para justar o cronograma de obras de acessibilidade em todos os Fóruns;
- Realização de visitas aos diversos Fóruns para avaliar as condições de acessibilidade e elaboração de relatórios técnicos;
- Criação do Projeto “Comunicação Acessível para Todos”;
- Criação do Projeto de interesse “Inclusão sem Barreiras”;
- Criação do Projeto “Talentos sem Barreiras”
- Participação em reuniões da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (COMAI);
- Acompanhamento e encaminhamento de processos originados na COMAI
- Rybena – Acompanhamento funcional, observando aspectos técnicos/operacionais e gestão administrativa/financeira do contrato



ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

CARTILHAS DISPONÍVEIS



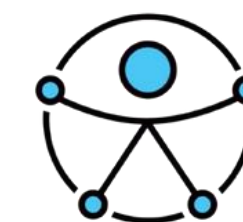
Em um esforço contínuo para promover a inclusão e a acessibilidade, a Secretaria-Geral de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SGSUS) disponibilizou valiosos recursos no portal da Acessibilidade do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.. Entre eles, destacam-se cartilhas que abordam a temática da acessibilidade e da inclusão, com o objetivo de sensibilizar os servidores, os colaboradores e o público em geral sobre a importância de um ambiente mais acessível.

Também foi disponibilizado, um manual específico de atendimento à pessoa com Transtorno do Espectro Autista, oferecendo orientações práticas e embasamento para garantir um atendimento mais acolhedor e inclusivo a essa parcela da população. Os materiais estão acessíveis a todos os interessados.

LINKS

[Cartilha Acessibilidade, Inclusão e Desenvolvimento](#)

[Manual de Atendimento a Pessoas com TEA](#)



OS OBJETIVOS PRINCIPAIS 2026

Três Objetivos Importantes



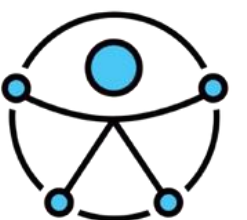
1: Promover a reflexão e o compromisso com práticas inclusivas no atendimento a pessoas com deficiência.



3: Alteração do Cronograma de Obras



2: Promover ações de acessibilidade, inclusão e oportunidades para pessoas com deficiência





Fale conosco

E-mail

sgsus.deais@tjrj.jus.br

Telefone

(21) 3133-2055